



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 428-A, DE 2023**

**(Do Sr. Lula da Fonte)**

Estabelece a correção dos valores da subvenção econômica em operações de financiamento para a aquisição, por pessoa natural, de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência; tendo parecer da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, pela aprovação, com substitutivo (relatora: DEP. SORAYA SANTOS).

### **DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE:

DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA;  
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

### **APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

## **S U M Á R I O**

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência:

- Parecer da relatora
- Substitutivo oferecido pela relatora
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Lula da Fonte

### PROJETO DE LEI n.º , DE 2023.

(Do Senhor Lula da Fonte)

Estabelece a correção dos valores da subvenção econômica em operações de financiamento para a aquisição, por pessoa natural, de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O presente Projeto de Lei estabelece a correção dos valores concedidos pela União destinados à subvenção econômica a instituições financeiras oficiais federais, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, em operações de financiamento para a aquisição, por pessoa natural, de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência.

Art. 2º. O § 2º do art. 2º da Lei nº 12.613, de 18 de abril de 2012, que altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º.....

.....

.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Lula da Fonte

**§ 2º Anualmente, além dos valores previstos no § 1º, será destinado meio por cento (0,5%) do valor dos dividendos recebidos pela União, pagos pelas Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e demais sociedades na qual a União tenha participação será destinado para a subvenção.**

**§ 2º-A. O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE será obrigatoriamente ouvido para a definição das condições das operações de crédito de que trata o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003.” (NR)**

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICATIVA

A Lei nº 12.613, de 2012, criou uma subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, concedida a instituições financeiras oficiais federais, em operações de financiamento para a aquisição, por pessoa natural, com renda mensal de até 10 salários mínimos, de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência. A equalização de juros corresponde ao diferencial entre o encargo do mutuário final e o custo da fonte de recursos, acrescido da remuneração da instituição financeira.

Por meio dessa linha de crédito, é possível financiar pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal cadeiras de rodas, aparelhos auditivos, órteses, próteses, andadores, adaptações em imóvel residencial, entre outros produtos de tecnologia assistiva. O crédito facilitado tem os juros





## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete do Deputado Lula da Fonte

subsidiados pelo governo federal e isenção do Imposto sobre Operações Financeiras para financiamento de 100% do valor de produtos assistivos.

Apesar de sua importância, esse importante instrumento de cidadania e dignidade vem sofrendo com problemas burocráticos e financeiros advindos da Portaria ME nº 9.081, de 29 de julho de 2021.

Para evitar a falta de recursos para subsidiar essas operações de crédito, estamos propondo que, além dos valores a serem consignados no Orçamento Geral da União, 0,5% do valor dos dividendos recebidos pela União, pagos pelas Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e demais sociedades na qual a União tenha participação seja destinado a compor o fundo de equalização.

Além do aporte permanente de recursos, estamos propondo que o CONADE seja obrigatoriamente ouvido antes da definição das condições das operações de crédito, pois é o órgão com maior conhecimento e vivência na matéria.

Sala das Sessões, em 7 de fevereiro de 2023

**Deputado Federal LULA DA FONTE**

**PP/PE**



**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG

Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL

Seção de Legislação Citada - SELEC

LEGISLAÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
LEI Nº 12.613, DE 18 DE ABRIL DE 2012	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2012-04-18;12613">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2012-04-18;12613</a>
LEI Nº 10.735, DE 11 DE SETEMBRO DE 2003	<a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2003-09-11;10735">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2003-09-11;10735</a>

# COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

## PROJETO DE LEI Nº 428, DE 2023

Estabelece a correção dos valores da subvenção econômica em operações de financiamento para a aquisição, por pessoa natural, de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência.

**Autor:** Deputado LULA DA FONTE

**Relatora:** Deputada SORAYA SANTOS

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 428, de 2023, de autoria do nobre Deputado Lula da Fonte, pretende corrigir os valores da subvenção econômica nas operações de financiamento para a aquisição, por pessoa natural, de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência.

Para tanto, o autor propõe que, além dos valores previstos para essa subvenção, que está limitada hoje a 25 milhões de reais por ano, seja destinado à mesma finalidade, anualmente, 0,5% do valor de dividendos recebidos pela União, pagos pelas Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e demais sociedades na qual a União tenha participação.

Ademais, determina-se que o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE será obrigatoriamente ouvido quando da definição das condições das operações de crédito que bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial e a Caixa Econômica Federal mantêm em operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, garantindo parcela dos recursos oriundos dos depósitos



à vista por eles captada. Isso desde que os valores das operações sejam direcionados exclusivamente para adquirir bens e serviços destinados a pessoas com deficiência.

Inicialmente, a proposição foi distribuída às Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e de Finanças e Tributação, quanto ao mérito, e para esta última e para a de Constituição e Justiça e de Cidadania nos termos do art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, estando sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, nos termos do art. 24, II, do RICD.

A proposição está submetida ao regime de tramitação ordinário, de acordo com o disposto no art. 151, III, RICD. Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATORA

De acordo com o último censo do IBGE, mais de 45 milhões de brasileiros, quase um quarto da população, declarou ter algum grau de dificuldade em enxergar, ouvir ou se deslocar fisicamente, ou, ainda, sofrer de algum nível de deficiência física e mental<sup>1</sup>.

Esse enorme contingente populacional encontra dificuldades consideráveis para se inserir nas atividades cotidianas, muitas vezes dependendo de apoio para inserção e de programas de auxílio do Estado. Entre eles, incluem-se operações de financiamento para a aquisição, por pessoa natural, de bens e serviços de tecnologia assistiva que sejam destinados a pessoas com deficiência.

<sup>1</sup> Ver em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html> Acesso em 24/05/2023.



Em razão disso, políticas públicas foram pensadas para enfrentar a questão. Uma delas, aprovada pela Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, diz respeito ao Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social – PIPS, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores.

A Lei nº 12.613, de 18 de abril de 2012, por sua vez, procurou estender esses benefícios a pessoas com deficiência. O que ela fez foi autorizar a União a conceder subvenção econômica a instituições financeiras oficiais federais, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, nas operações de financiamento para a aquisição, por pessoa física, de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência.

Ocorre que a referida lei determinou que essa subvenção ficaria limitada a 25 milhões de reais por ano, valor que somente poderia ser majorado nos exercícios fiscais subsequentes mediante a correspondente previsão em lei orçamentária.

Como o valor se tornou muito baixo frente à demanda por esse capital, que possibilita a inclusão de pessoas com deficiência, o autor da iniciativa em apreço propõe que seja destinado para a subvenção, anualmente, além do valor-limite de R\$ 25 milhões, 0,5% do valor dos dividendos recebidos pela União, pagos pelas Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e demais sociedades na qual a União tenha participação.

Tal valor contribuiria significativamente para promover a inclusão do grande número de pessoas com deficiência no Brasil, facilitando a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva.

Ademais, a proposta determinou que o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE será obrigatoriamente ouvido para a definição das condições das operações de crédito que utilizam recursos do PIPS em que sejam tomadores de recursos pessoas físicas com renda mensal de até 10 salários-mínimos. Isso desde que os valores das operações sejam direcionados exclusivamente para adquirir bens e serviços de tecnologia





assistiva destinados a pessoas com deficiência, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo.

A proposta é meritória ao destinar recursos para captação por pessoas com deficiência, estimulando o desenvolvimento de um mercado de crédito que permite a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva. Vale notar, também, que o texto não criou novas despesas, apenas estabeleceu nova destinação a recursos já existentes, que agora terão outra finalidade.

Propomos tão somente pequenas alterações de redação em alguns dispositivos do projeto, de modo a deixá-los mais claros, sem alterar a intenção original do autor.

Dessa forma, concordamos com o mérito da proposta, tão benéfica para o enorme contingente de pessoas com deficiência no Brasil. Por todo o exposto, votamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 428, de 2023, na forma do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em        de        de 2023.

Deputada SORAYA SANTOS  
Relatora

2023-7758



## COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 428, DE 2023

Estabelece a correção dos valores da subvenção econômica em operações de financiamento para a aquisição, por pessoa natural, de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece a correção dos valores concedidos pela União destinados à subvenção econômica a instituições financeiras oficiais federais, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, em operações de financiamento para a aquisição, por pessoa natural, de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência.

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 12.613, de 18 de abril de 2012, que altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º.....  
.....

§ 2º Anualmente, será destinado para a subvenção de que trata o caput, além dos valores previstos no § 1º, 0,5% (meio por cento) do valor dos dividendos recebidos pela União, pagos



pelas Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e demais sociedades na qual a União tenha participação.

§ 2º-A. O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE será obrigatoriamente ouvido para a definição das condições das operações de crédito de que trata o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003.

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em        de        de 2023.

Deputada SORAYA SANTOS  
Relatora

2023-7758





CÂMARA DOS DEPUTADOS

## COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

### PROJETO DE LEI Nº 428, DE 2023

### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação, com substitutivo do Projeto de Lei nº 428/2023, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Soraya Santos.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Márcio Jerry - Presidente, Zé Haroldo Cathedral - Vice-Presidente, Amália Barros, Augusto Puppio, Coronel Fernanda, Daniela Reinehr, Diego Garcia, Guilherme Uchoa, Márcio Honaiser, Miguel Lombardi, Murillo Gouvea, Rosângela Moro, Sargento Portugal, Andreia Siqueira, Bruno Farias, Delegada Katarina, Dr. Francisco, Felipe Becari, Léo Prates, Maria Rosas, Sonize Barbosa e Soraya Santos.

Sala da Comissão, em 15 de agosto de 2023.

Deputado MÁRCIO JERRY  
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS  
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CPD AO PROJETO DE LEI Nº  
428, DE 2023**

Estabelece a correção dos valores da subvenção econômica em operações de financiamento para a aquisição, por pessoa natural, de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece a correção dos valores concedidos pela União destinados à subvenção econômica a instituições financeiras oficiais federais, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, em operações de financiamento para a aquisição, por pessoa natural, de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência.

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 12.613, de 18 de abril de 2012, que altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.

2º .....  
.....

§ 2º Anualmente, será destinado para a subvenção de que trata o caput, além dos valores previstos no § 1º, 0,5% (meio por cento) do valor dos dividendos recebidos pela União, pagos





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

pelas Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e demais sociedades na qual a União tenha participação.

§ 2º-A. O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE será obrigatoriamente ouvido para a definição das condições das operações de crédito de que trata o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003. ....  
” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 15 de agosto de 2023.

**Deputado MÁRCIO JERRY**  
***Presidente***

